



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006117-19.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Marcelo da Silva e outros**
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Anulatória de Relação Tributária, proposta por **MARCELO DA SILVA, VALDIR VÍTOR JÚLIO, AGNALDO JOSE FLORINDO, WILSON ANTONIO APARECIDO SPOSITO, SILVIO LUIZ DA QUINTA, WENDER MOISÉS SIQUEIRA, WAGNER RINALDI MOUTA, ERNESTO RINALDI MOUTA, ANTONIO CARLOS MARTINELLI MOUTA e RONIRSON MANTOVANI**, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, com o objetivo de anular os créditos tributários referentes ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) de seus imóveis localizados no Jardim Embaré, em São Carlos, referente aos exercícios de 2003 a 2007 e inscritos em Dívida Ativa, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 6.830/80, sob o fundamento de que os créditos tributários estão definitivamente consolidados, conforme aplicação do art. 174 do CTN, não constam na Dação em Pagamento (Termo 38/10, processo administrativo 8.420/07), celebrado em 14 de julho de 2010, tendo como devedora Embaré Empreendimentos Imobiliários Ltda. e credor o Município de São Carlos, estando, portanto, prescritos.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 7-121.

O autor Ronirson Mantovani manifestou-se às fls. 107-108 pela concessão antecipada da tutela, que foi indeferida (fl. 111).

A Prefeitura Municipal de São Carlos apresentou contestação às fls. 113-122 na qual aduz, em resumo: A) que os autores apresentaram extratos de débitos de seus respectivos imóveis e apresentam IPTU's em aberto dos exercícios de 2003 a 2007 e, alguns, também de 2014 e 2015; B) ocorreu interrupção da prescrição em 2 de maio de 2007 e concomitante suspensão da cobrança em 14 de julho de 2010 com a assinatura do Termo de Dação 38/10.

Juntou documentos às fls. 124-165.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do CPC, eis que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido merece acolhimento.

É certo que a oferta dos bens à dação em pagamento implica ato extrajudicial inequívoco que importa no reconhecimento do débito pelo devedor e, portanto, enseja a interrupção da prescrição, a teor do que dispõe o art. 174, § único, inciso IV, do CTN.

Contudo, uma vez interrompido o prazo, volta a correr normalmente, por inteiro. A oferta ocorreu no ano de 2007 e fez parte do processo administrativo 8.420/2007, sendo que o Termo de Dação, ocorrido em 2010, por óbvio não abrangeu os imóveis em questão.

Deflui-se dos documentos de fls. 49-89 que os imóveis foram vendidos pela HB Empreendimentos, em 2013 e 2014, aos requerentes, com lançamentos de IPTU alusivos ao período de 2003 a 2007 e inscritos em Dívida Ativa. Nesse interstício, não há qualquer indício de causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional. Dessa forma, do ano de 2007 até a presente data, decorreram mais de cinco anos sem que o Município tivesse ajuizado a cobrança dos tributos relativos aos anos de 2003/2007, que estão, portanto, prescritos.

O fato de o Município, por descuido, ter suspenso a cobrança, também, dos débitos aqui discutidos administrativamente, não pode afetar os autores ou impedir a fluência do prazo prescricional.

Ante o exposto, reconheço a prescrição dos créditos de IPTU relativos aos anos de 2003 a 2007, referentes aos imóveis em questão e julgo PROCEDENTE o pedido, com fundamento no artigo 269, IV do CPC.

Condeno o requerido a arcar com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isento de custas, na forma da lei.

P . R . I

São Carlos, 16 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**